



TERMO DE REFERÊNCIA

**AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE MOBILIÁRIO DIFERENCIADO
(ESTANTES, MESAS, CONJUNTO DE ESTOFADOS MODULARES)**



Sumário

| | |
|---|----|
| 1. DO OBJETO..... | 3 |
| 2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAIS | 3 |
| 3. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS | 4 |
| 4. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA, CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS E CATÁLOGOS | 4 |
| 5. DO REGIME DE EXECUÇÃO E DE FORNECIMENTO | 5 |
| 6. DA GARANTIA DOS PRODUTOS | 7 |
| 7. DOS DEVERES DO CONTRATANTE | 7 |
| 8. DOS DEVERES DA CONTRATADA | 8 |
| 9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS | 9 |
| 10. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 11 |
| 11. EQUIPE DE ELABORAÇÃO..... | 12 |
| 12. AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO DO TERMO DE REFERÊNCIA..... | 12 |

ANEXO I – PLANILHA QUANTITATIVA E AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E DESCRIÇÃO DO MATERIAL

ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA, CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS E CATÁLOGO DOS MATERIAIS



MPRJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

1. DO OBJETO

- 1.1 O presente Termo de Referência tem como objetivo a aquisição e montagem por licitação pública de **MOBILIÁRIOS VARIADOS (ESTANTES, MESAS E CONJUNTO DE ESTOFADOS MODULARES)**, com modelos definidos da fabricante BORTOLINI INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA, para atendimento às necessidades do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
- 1.2 O objeto desta contratação será o fornecimento dos mobiliários determinados no **Anexo I** com a respectiva montagem no local, conforme determinado no item 5.4.
- 1.3 A indicação de marca e modelo encontra amparo no Art. 41, I, alínea c, da Lei nº 14.133/2021.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAIS

- 2.1. As quantidades dos materiais que serão adquiridos, suas especificações técnicas e seu catálogo encontram-se descritas, da seguinte forma:
 - 2.1.1. O **Anexo I** contempla o quantitativo dos bens a serem adquiridos, a descrição dos materiais e as características físicas, com foto dos bens, conforme marca e modelos exclusivos desta contratação;
 - 2.1.2. O **Anexo II** contempla as especificações técnicas;
 - 2.1.3. O **Anexo III** contempla a documentação técnica, certificações ambientais e catálogos.
- 2.2. Os materiais devem ostentar parâmetros de excelência em qualidade e funcionalidade.
- 2.3. Os materiais deverão ser fornecidos em embalagens adequadas a sua conservação, contendo a identificação do conteúdo, da quantidade, quando cabível, bem como demais informações e condições de armazenamento exigidas na legislação em vigor e presentes neste Termo de Referência.
- 2.4. Não serão aceitos materiais usados, recondicionados ou fora das especificações exigidas.
- 2.5. Para efeito de avaliação do material, será levada em conta a conformidade com as especificações e características, qualidade e funcionalidade, levando-se em consideração o fim a que se destina e, principalmente, o seguinte:
 - 2.5.1. Quanto à qualidade – apresentação do material no que diz respeito à matéria prima utilizada;
 - 2.5.2. Quanto ao acabamento – o esmero na fabricação, tais como, arestas, junção das peças, lixamento, pintura etc.;
 - 2.5.3. Quanto à funcionalidade – se está em pleno funcionamento, de acordo com as especificações técnicas do **Anexo II**.



3. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- 3.1 Na proposta de preço deverá constar:
- 3.1.1. Definição dos objetos e nas quantidades indicadas no **Anexo I**;
 - 3.1.2. Prazo de validade da proposta não **inferior a 60 (sessenta dias) consecutivos**.
 - 3.1.3. A discriminação dos materiais ofertados, incluindo: marca e modelo, conforme **Anexo I**.
 - 3.1.4. Os valores unitário e total.
 - 3.1.5. O prazo de entrega não superior a **60 (sessenta) dias consecutivos**.
 - 3.1.6. A garantia por período não inferior a 05 (cinco) anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, na forma do item 5.7.3;
 - 3.1.7. Dados relacionados à proponente, como nome fantasia, razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefones de contato e e-mail.
- 3.2. Os valores apresentados na proposta de preço deverão considerar inclusas todas as despesas que possam influir direta ou indiretamente nos custos, tais como tributos, licenças, análises, transporte, pedágios, estadas, multas, mão de obra para carga/descarga dos materiais, garantia, dentre outros.
- 3.3. Em caso de necessidade de ajustes ou esclarecimento quanto às informações constantes na proposta, desde que não alterem o valor, o Órgão Fiscal poderá diligenciar junto ao proponente a fim de dirimir as questões suscitadas.

4. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA, CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS E CATÁLOGOS

- 4.1. Estando a proposta de preços em conformidade com as exigências dos itens 3.1 e 3.2 deste Termo de Referência, o Órgão Fiscal solicitará à arrematante a seguinte documentação técnica, devendo ser apresentada no prazo de **02 (dois) dias úteis**:
- 4.1.1. As respectivas certificações técnicas e ambientais determinadas no **Anexo III**;
 - 4.1.2. Catálogo com fotos (marca e modelo exclusivos), escrito em língua portuguesa e com descrição detalhada dos materiais constantes na proposta de preços, respeitando as especificações técnicas contidas no **Anexo II** deste Termo de Referência.
 - 4.1.2.1. O catálogo será encaminhado ao Órgão Técnico responsável pelo projeto determinante da presente aquisição para fins de validação.
- 4.2. Em caso de necessidade de ajuste ou esclarecimento quanto à documentação acima apresentada, bem como a necessidade de informações adicionais, desde que não alterem o objeto, o Órgão Fiscal poderá diligenciar junto ao proponente a fim de dirimir as questões suscitadas.
- 4.3. O proponente deverá apresentar os esclarecimentos e/ou documentos, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da notificação do Órgão Fiscal.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- 4.4. O Órgão Fiscal e o Órgão Técnico terão até **05 (cinco) dias úteis** para análise da documentação informada nos subitens 4.1.1 e 4.1.2.

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO E DE FORNECIMENTO

- 5.1. As comunicações contratuais serão realizadas por meio dos endereços eletrônicos e contatos telefônicos informados na proposta de preços apresentada no procedimento licitatório, cabendo à CONTRATADA a atualização permanente dos dados;
- 5.1.1. Toda e qualquer notificação ou comunicação realizada pelo Órgão Fiscal deverá ser respondida em até **02 (dois) dias úteis**, contadas do envio da respectiva notificação.
- 5.2. A Nota de Empenho com o material a ser fornecido será encaminhada à CONTRATADA, a qual a restituirá devidamente assinada e datada, através do endereço eletrônico: gepat.nafisc@mprj.mp.br, em até **02 (dois) dias úteis** após o envio pelo CONTRATANTE;
- 5.2.1. Não atendido o prazo de **02 (dois) dias úteis para restituição da Nota de Empenho**, será presumido seu cumprimento para fins de início da contagem do prazo de fornecimento disposto no item 5.3.
- 5.3. O prazo máximo para a entrega dos produtos será de até **60 (sessenta) dias consecutivos**, a contar da restituição da Nota de Empenho, na forma do disposto no item 5.2.
- 5.3.1. Caso o prazo máximo de entrega necessite ser dilatado por razões logísticas do MPRJ, o Órgão Fiscal comunicará, com antecedência mínima de **07 (sete) dias úteis**, a nova data para o fornecimento do material.
- 5.3.2. Em caso de atraso ou cancelamento do fornecimento, o Órgão Fiscal deverá ser comunicado imediatamente, com a devida comprovação do fato, certificando a CONTRATADA acerca do novo prazo de entrega;
- 5.3.3. Caso o atraso ocorra na logística da entrega do material a ser fornecido, o Órgão Fiscal deverá ser comunicado imediatamente, com a devida comprovação dos fatos, certificando a CONTRATADA acerca do novo prazo de entrega.
- 5.3.4. Cabe à Secretaria-Geral do Ministério Público a análise quanto às razões e justificativas alegadas para o não cumprimento do prazo contratual de entrega dos itens empenhados, restando inalterada a obrigação de fornecimento, até posterior notificação do Órgão Fiscal.
- 5.4. O material deverá ser entregue e montado **na Av. Gen. Justo, 375, 3º andar - Centro, Rio de Janeiro – RJ**.
- 5.5. O agendamento da entrega, com no **mínimo 03 (três) dias úteis** de antecedência, é requisito para o recebimento do objeto e deverá ser formalizado pelo e-mail: gepat.nafisc@mprj.mp.br e confirmada por meio dos telefones: (21) 2550-9028; 2220-3476; 2550-9095; 99571-9272;
- 5.6. No ato da entrega dos materiais, a Nota Fiscal deverá ser acompanhada da Nota de Empenho;



- 5.7. Os materiais entregues serão recebidos da seguinte forma:
- 5.7.1. Provisoriamente, no ato da entrega, pelo Núcleo de Fiscalização da Gerência de Patrimônio, que procederá à conferência do quantitativo dos materiais entregues de forma desmontada, em paridade com as informações constantes da respectiva Nota de Empenho e Nota Fiscal, limitando-se o recebimento provisório à verificação quantitativa dos itens fornecidos.
 - 5.7.2. A contratada deverá realizar a montagem completa dos materiais entregues no prazo máximo de até **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento provisório, observadas as especificações técnicas do objeto contratado.
 - 5.7.3. Definitivamente, pelo Órgão Fiscal, após validação do Órgão Técnico responsável pelo projeto, em até **05 (cinco) dias úteis** após a conclusão da montagem, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, condicionado à prévia verificação da conformidade dos materiais montados com as especificações técnicas, padrões de qualidade, estabilidade, acabamento e funcionalidade previstos no objeto licitado.
- 5.8. O Ministério Público não receberá, definitivamente, materiais que não estiverem de acordo com as especificações do objeto.
- 5.9. Constatados indícios de irregularidades na qualidade ou no desempenho do produto, na ocasião do recebimento definitivo (item 5.7.3), o Órgão Fiscal do contrato comunicará o fato ao representante da empresa, o qual deverá substituir o(s) item(s) considerados insatisfatórios, no prazo **máximo de 20 (vinte) dias consecutivos**, contados a partir da notificação.
- 5.10. Os Materiais excedentes ao quantitativo ou que não corresponderem às especificações deverão ser retirados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.
- 5.10.1. Em caso de não recolhimento do material na forma prevista neste item, será dada a destinação que melhor convier a este *Parquet*, sem gerar direito de indenização à CONTRATADA.
- 5.11. O atesto à Nota Fiscal se dará após o recebimento definitivo pelo órgão fiscal do contrato na forma do item 5.7.3;
- 5.12. A respectiva Nota Fiscal deverá estar **devidamente discriminada, em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40**;
- 5.13. Eventual atraso por parte da CONTRATADA na apresentação da Nota Fiscal ou em outros documentos, importará na prorrogação automática do prazo para pagamento do material adquirido.
- 5.14. O prazo para pagamento das Notas Fiscais se iniciará somente após o recebimento integral do objeto e do atesto do item previamente solicitado pelo Órgão Fiscal, observando-se o disposto no item 5.7.3;



MPRJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- 5.15. O ônus de entregar os materiais é exclusivo da CONTRATADA. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não entrega ou para a entrega além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros, salvo situação excepcional, devidamente comprovada pela CONTRATADA;
- 5.16. Não serão consideradas excepcionais para os fins do item anterior, por configurarem risco inerente à atividade, atrasos habituais na entrega pelos Correios ou por empresa transportadora eventualmente acionada pela CONTRATADA para efetuar a entrega.

6. DA GARANTIA DOS PRODUTOS

- 6.1. No caso de o material apresentar defeitos ou vícios, a CONTRATADA ficará obrigada, durante o período de **05 anos**, a prestar garantia ao produto, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.
- 6.1.1. O prazo acima iniciará a partir do recebimento definitivo do material, na forma do item 5.7.3;
- 6.2. A CONTRATADA deverá, as suas expensas, substituir ou repará-los, no prazo de **45 (quarenta e cinco) dias consecutivos** a contar da notificação enviada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
- 6.3. É de total responsabilidade da CONTRATADA a retirada e devolução do material para cumprimento do disposto no item 6.2.
- 6.4. No caso de substituição do produto, a nova unidade terá o mesmo prazo de garantia originalmente concedido ao substituído, a contar da data que ocorrer a substituição.

7. DOS DEVERES DO CONTRATANTE

- 7.1. Caberá ao CONTRATANTE durante a execução do contrato:
- 7.1.1. Proporcionar as condições indispensáveis à boa execução do objeto;
- 7.1.2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, relatando e comprovando, por escrito, as eventuais irregularidades;
- 7.1.3. Solicitar por escrito a substituição/reparo do material que apresentar defeito ou não estiver de acordo com a especificação;
- 7.1.4. Instruir o procedimento de pagamento nas condições e preços pactuados.
- 7.1.5. Oficiar à CONTRATADA acerca da nota de empenho com os materiais a serem fornecidos, especificando as quantidades, prazo e local de entrega dos bens empenhados, na forma do item 5.2.
- 7.1.6. Receber, provisória e definitivamente, os materiais empenhados, zelando pelo estrito cumprimento dos procedimentos e prazos determinados no item 5.7.



- 7.1.7. Notificar a CONTRATADA sobre indícios de irregularidades na qualidade ou no desempenho do produto recebido, em cumprimento ao disposto no item 5.9.

8. DOS DEVERES DA CONTRATADA

8.1. Caberá à CONTRATADA durante a execução do contrato:

- 8.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e seus Anexos;
- 8.1.2. Adotar, sem ônus para o CONTRATANTE, todos os meios necessários ao rigoroso atendimento de quaisquer obrigações contratuais, inclusive dos prazos estabelecidos, não devendo usar a distância ou a dificuldade como escusa de eventuais descumprimentos contratuais;
- 8.1.3. Efetuar a entrega integral do objeto no prazo e no local constantes neste Termo de Referência, conforme disposto nos itens 5.4 e 5.5;
 - 8.1.3.1. A entrega do material será acompanhada do respectivo documento fiscal e da Nota de Empenho, conforme disposto no item 5.6;
 - 8.1.3.2. Na ausência dos documentos supracitados, não será considerado adimplido o fornecimento, permanecendo o curso do prazo previsto no item 5.3.
- 8.1.4. Substituir ou reparar os bens em garantia, que apresentarem defeitos ou vícios, na forma e prazos determinados no item 6 deste Termo de Referência (Da Garantia dos Produtos);
- 8.1.5. Retirar, às suas expensas, materiais excedentes ao quantitativo pedido ou que não corresponderem às especificações, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação, na forma do item 5.10, cabendo a destinação do bem que melhor convier ao Parquet, sem direito de indenização à CONTRATADA;
- 8.1.6. Comunicar ao CONTRATANTE, em caso de atraso ou cancelamento do fornecimento, na forma e prazos dispostos nos itens 5.3.2, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo para entrega do material empenhado, certificando a CONTRATADA acerca da nova data para entrega;
- 8.1.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente aquisição;
- 8.1.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;
- 8.1.9. Recuperar ou ressarcir danos em áreas ou bens do MPRJ, ocorridos em razão de suas atividades contratuais, em um prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**.
 - 8.1.9.1. O prazo para a recuperação e ressarcimento mencionados neste item poderá ser

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

flexibilizado, por determinação do Órgão Fiscal ou acordado entre as partes, considerando as circunstâncias do caso concreto.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de descumprimento a ser apurado em procedimento próprio (garantida a ampla defesa e o contraditório), à aplicação de sanções administrativas, no caso de cometimento de quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 9.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado;
 - 9.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
 - 9.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 9.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução contratual;
 - 9.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação ;
 - 9.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas na Lei 14.133/2021:
- a) Advertência pela incidência na infração disposta no subitem 9.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de mora, por dias úteis de atraso injustificados no adimplemento da obrigação, calculada nos casos e na forma dos parâmetros da tabela I do item 9.5;
 - c) Multa de 0,5% a 30% (meio a trinta por cento) sobre o valor do contrato, por qualquer das infrações dos previstas no item 9.1
 - d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de



licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.5 a 9.1.9; bem como pelas infrações listadas nos subitens 9.1.2 a 9.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea anterior.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. As sanções de multa de mora e compensatória (item 9.2 “b” e “c”) poderão ser aplicadas cumulativamente entre si, bem como com as demais sanções.

9.5. As ocorrências de descumprimento contratual, que incidem multa moratória, respeitarão o tempo, os percentuais de incidência e as bases de cálculo definidas na tabela abaixo:

| TABELA I | | | | | |
|------------|--|-----------------|-----------------------------------|---|-------------------------------------|
| Ocorrência | | Item do TR | Período de atraso (dias úteis) | Percentual de incidência por dia útil de atraso | Base de Cálculo |
| 1 | Não responder à notificação enviada pelo Órgão Fiscal horas, em até 02 (dois) dias úteis , contadas da data do envio do respectivo comunicado. | 5.1.1 e 10.1 | 1 a 30 | 20% | Valor do item 1.1 (mesa de centro). |
| 2 | Não cumprimento dos seguintes prazos de entrega e substituição: 1. Prazo de entrega do material empenhado. 2. Substituição do material entregue com defeito. | 5.3 e 5.9 | 1 a 30 | 1,7% | Valor do contrato. |
| 3 | Não cumprimento do prazo para substituição do material com defeito dentro do prazo de garantia. | 6.2 | 1 a 30 | 0,7% | Valor do contrato. |
| 4 | Não Recuperar ou ressarcir danos em áreas ou bens do MPRJ, ocorridos em razão de suas atividades contratuais, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis , ou conforme definido pelo Órgão Fiscal e acordado entre as partes. | 8.1.9 e 8.1.9.1 | 1 a 30 | 1,5% | Valor do contrato. |



MPRJ

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- 9.6. Para fins de aplicação das penalidades previstas no item 9.5, fica estabelecido o seguinte critério para definição da base de cálculo:
- a) A incidência “por dia útil de atraso” será aplicada em dias úteis, nos quais perdurar o descumprimento da obrigação, nos termos da tabela I disposta no item 9.5;
- 9.7. Os atrasos injustificados acima do período de **30 (trinta) dias úteis** serão considerados inexecução parcial ou total do contrato, conforme a parcela do contrato inadimplido, incidindo nestes casos o disposto na alínea “c” do item 9.2;
- 9.8. O atraso injustificado no cumprimento de qualquer obrigação contratual sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa moratória, ainda que a hipótese específica de inadimplemento não esteja expressamente prevista na tabela constante no item 9.5, desde que se trate de obrigação contratual clara e exigível, respeitando-se, em todos os casos, os parâmetros determinados no dispositivo.
- 9.9. A aplicação de multas de mora e compensatória, na forma do item 9.4, não impedirá que a Administração promova a extinção unilateral do contrato com aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
- 9.10. A aplicação das sanções previstas nesta licitação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 9.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 9.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em estrita observância aos ritos, procedimentos e garantias estabelecidos no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021 (Arts. 155 a 163), assegurando-se o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, conforme a natureza e gravidade da infração.

10. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 10.1. Para fins de contagem de prazos, toda e qualquer notificação enviada pelo Órgão Fiscal deverá ser respondida em até **02 (dois) dias úteis**, contadas da data do envio da respectiva notificação.
- 10.2. Em caso de descumprimento, os prazos constantes na notificação deverão ser atendidos imediatamente, considerando a urgência e relevância da ocorrência, sem prejuízo das sanções previstas no processo licitatório.
- 10.3. A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade do material ou serviço fornecidos ou prestados.
- 10.4. Ao Órgão Fiscal caberá decidir os casos omissos, relativos às especificações ou quaisquer documentos que se refiram, direta ou indiretamente, à aquisição em questão.



11. EQUIPE DE ELABORAÇÃO

| Setor | Responsável / Cargo |
|------------------------|---|
| Gerência de Patrimônio | Marcelo Polifke Galvão Técnico do MPRJ Mat. 2404 |
| | Ernandes de Almeida Neto Técnico do MPRJ Mat. 5638 |
| | Equipe terceirizada de suporte à fiscalização |
| | Hayane de Amar Rocha da Silva de Melo Analista de Logística Mat. 4226 Empresa Contratada: Multiply Serviços de Manutenção LTDA. |

12. AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO DO TERMO DE REFERÊNCIA

| Responsável / Cargo |
|---|
| Rodrigo Cabral Benites de La Torre Mat 6738 Gerente de Patrimônio |